

Município de Vila Velha de Ródão

AVISO
Procedimento Concursal Comum (Técnico Superior)

1. Nos termos do disposto no art. 11.º da Portaria n.º 125-a/2019 de 30 de abril, conjugado com os artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão de 21/02/2020 e do Despacho n.º 25/2020 de 28/02/2020, do Presidente da Câmara, de 10/01/2020 e de acordo com o mapa de pessoal para 2020, aprovado pela assembleia municipal em sessão de 13/12/2020 foi autorizada a abertura de **procedimento concursal comum** para preenchimento de um posto de trabalho (m/f) na carreira e categoria de Técnico Superior na área do Direito, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Vila velha de Ródão, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pelo prazo de 10 dias úteis a partir da publicação do aviso no Diário da República.

2. O Presente procedimento concursal regula-se pelo disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, pelo Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, pela Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril (adiante designada por Portaria) e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2019 (LOE 2019).

3. Caracterização do posto de trabalho a preencher:

3.1 Identifica-se, funcionalmente, pelo conjunto de atribuições e competências previstos em anexo ao mapa de pessoal do município aprovado para 2020, onde se refere: Realiza estudos e outros trabalhos de natureza jurídica, elabora pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos internos; Instrui processos disciplinares; Elaborar contratos e documentos de cariz técnico-jurídico; Prepara os processos de aquisição/alienação dos bens imóveis do município e respetivos registos prediais; Pode ser incumbido de coordenar e superintender na atividade de outros profissionais; Apoia os serviços municipais, no âmbito das suas atribuições e competência.

3.2 **Atribuições:** para além do conteúdo funcional referido pretende-se que os candidatos exerçam, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à área jurídica, que visem fundamentar e preparar a decisão; elaborar estudos e

pareceres jurídicos e desenvolver outras atividades que, pelo seu grau de complexidade e responsabilidade, não exijam a detenção da qualidade de membro efetivo de qualquer ordem profissional legalmente aprovada; instruir processos, nomeadamente relativos a procedimentos disciplinares nos termos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; elabora contratos e documentos de cariz técnico-jurídico; prepara os processos de aquisição/alienação dos bens imóveis do município e respetivos registos prediais; pode ser incumbido de coordenar e superintender na atividade de outros profissionais; apoia os serviços municipais, no âmbito das suas atribuições e competência; pretende-se ainda que o(a) trabalhador(a) implemente e monitorize todo o Processo de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores, no âmbito do SIADAP: Lei n.º 66-B/2007 e da progressão nas carreiras, bem como a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, REGULAMENTO (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho.

4. Âmbito do recrutamento: trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público, nos termos previstos no artigo 30.º da LTFP

5. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 01/03, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa "a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

6. Quotas de emprego para pessoas com deficiência: Será assegurado o cumprimento das quotas para pessoas com deficiência previstas no Decreto-Lei n.º 29/2001, artigo 3.º n.º 3.

7. Reserva de recrutamento: Não existem reservas de recrutamento no Município para os recrutamentos em causa. De acordo com solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, "As autarquias locais não têm de consultar a Direção -Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação".

8. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página eletrónica do Município de Vila Velha de Ródão (<https://www.cm-vvrodao.pt>) a partir da data da publicação no Diário da República do Aviso (extrato).

9. Local de trabalho: Área do Município de Vila Velha de Rodão.

10. Remuneração: O posicionamento remuneratório do trabalhador recrutado, será numa das posições remuneratórias da categoria, de acordo com as regras constantes no artigo 38.º da

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do D.L. 156/2017 de 28 de dezembro, sendo que a posição remuneratória de referência é: - Carreira de Técnico Superior - 2.ª posição, nível 15, da Tabela Remuneratória Única.

10.1 Os candidatos já detentores de vínculo contratual por tempo indeterminado deverão prévia e obrigatoriamente - na fase de candidatura - informar este Município do posto de trabalho que ocupam e da sua posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

10.2 - Caso o candidato admitido detenha vínculo contratual por tempo indeterminado com posição remuneratória superior à mencionada no presente aviso, a aceitação dessa posição remuneratória superior pelo Município Vila Velha de Ródão aquando da afetação, fica dependente de disponibilidade orçamental.

11. Impedimentos de admissão: De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 4 do art.º 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Município de Vila Velha de Ródão idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

12. Só podem ser admitidos ao procedimento concursal os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos:

12.1 Requisitos gerais de admissão: são os previstos no art.º 17.º da LTFP: a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; b) Ter 18 anos de idade completos; c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar; d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

12.2 Requisitos específicos: Licenciatura em Direito em conformidade com o disposto no artigo 86.º da LTFP, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação, ou experiência profissional.

13. Formalização de candidaturas: Prazo: 10 dias úteis, contados a partir da publicação no D.R.

13.1 Nos termos conjugados dos artigos 19º e 20.º da Portaria 125-A/2019 de 30 de abril, a formalização das candidaturas é realizada, **sob pena de exclusão**, em suporte papel, **mediante formulário tipo** de utilização obrigatória, disponível em: <http://www.cm-vvrodao.pt>. e entregue:

a) Pessoalmente, no Serviço de Recursos Humanos, nas instalações sitas nos Paços do Município de Vila Velha de Ródão, das 9.30 às 12.00h e das 14.00 às 16.00h;

b) Por correio registado com aviso de receção para Município de Vila Velha de Ródão, Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, contando para este efeito a data de registo;

c) Não serão consideradas candidaturas enviadas por correio eletrónico;

d) O contacto feito aos candidatos será efetuado de acordo com a alínea a) do Artigo 10.º da Portaria 125-A, de 30 de abril de 2019, por Correio eletrónico com recibo de entrega da notificação;

e) O endereço a considerar para efeitos de notificação dos candidatos será o constante do formulário de candidatura e não do currículo vitae caso exista contradição entre os dois;

f) No formulário de candidatura deve constar sob pena de exclusão, a identificação do procedimento e a referência inequívoca a que se candidata.

13.2 O formulário tipo da candidatura deve ser acompanhado da seguinte documentação legível:

a) **Fotocópia do certificado de habilitações literárias.** Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar, em simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável

b) Curriculum Vitae, atualizado, detalhado, datado e assinado, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, morada, contactos, incluindo endereço de correio eletrónico, número do cartão de cidadão, habilitações literárias, funções que exerce bem como as que exerceu, quando exista experiência profissional, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida;

c) Fotocópias dos comprovativos das ações de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional das áreas integrantes do posto de trabalho a que concorre, onde conste a data de realização e duração das mesmas, sob pena de não serem consideradas pelo Júri do procedimento;

d) No caso de candidatos com vínculo à administração pública, Declaração emitida pelo serviço de origem do candidato com data posterior à do presente aviso, que comprove inequivocamente: a identificação do vínculo de emprego público de que é titular; a identificação da carreira e da categoria em que o candidato se integra; a posição e nível remuneratório em que se encontra posicionado, com indicação do respetivo valor (apenas aplicável a trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas); o tempo de serviço na categoria, na carreira e na Administração Pública; a descrição das atividades/ funções que atualmente executa, a antiguidade na execução das mesmas e o respetivo grau de complexidade das mesmas, com menção da classificação obtida nas duas últimas avaliações do desempenho,

ou indicação de que não possui avaliação do desempenho no período, por razões que não são imputáveis ao candidato.

e) Declaração de Consentimento de Tratamento de Dados, disponível na página eletrônica deste município juntamente com o aviso do concurso;

f) O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário por parte dos candidatos, bem como a falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a **exclusão do candidato**, nos termos da alínea a) do n.º 8, do artigo 20.º da Portaria atrás referida.

g) Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações, bem como a exibição dos originais dos documentos apresentados;

h) Os candidatos que se enquadrem no n.º 6 do presente aviso, grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, deverão fazer prova documental através da apresentação de cópia do atestado médico de incapacidade multiusos no ato da candidatura, sob pena de tal situação não ser considerada.

i) As falsas declarações prestadas pelos candidatos são punidas por lei.

14. Métodos de Seleção

14.1 **Aos candidatos com vínculo de emprego público** - que reúnam as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, serão aplicados os métodos de seleção obrigatórios de:

a) Avaliação Curricular: expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, com uma ponderação de 30% onde são considerados os parâmetros que assumem maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, nomeadamente os seguintes:

i. A habilitação académica (HA);

ii. A formação profissional (FP), apenas se consideram as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;

iii. A experiência profissional (EP) com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;

iv. A avaliação do desempenho (AD) relativa ao último período de avaliação em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade às do posto de trabalho a ocupar

b) Entrevista de Avaliação de Competências, com uma ponderação de 40%, visa obter, através de uma relação interpessoal, uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato. Será realizada por técnicos com formação adequada para o efeito, é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais

correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores

c) Entrevista profissional de seleção, com uma ponderação de 30% e avaliada de 0 a 20 valores, visa, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências essenciais para o exercício da função. É avaliada segundo os critérios classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores

14.1.1 Nos termos do n.º 3, do artigo 36.º da referida Lei, os métodos referidos, Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, podem ser afastados pelos candidatos através de declaração escrita (assinalando a declaração mencionada no ponto 6 do Formulário de Candidatura), aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos.

14.2 Aos candidatos: 1) **sem relação jurídica de emprego público previamente constituída**; 2) **Que não sejam titulares das categorias correspondentes aos postos de trabalho a concurso**; 3) **Que, sendo titulares das categorias correspondentes aos postos de trabalho a concurso, se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar** e 4) **Que sejam titulares daquelas categorias e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas tenham expressamente afastado a avaliação curricular, no formulário de candidatura**, como previsto em 14.1.1 do presente aviso de abertura, serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

a) Avaliação curricular, expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, com uma ponderação de 25% onde são considerados os parâmetros que assumem maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, nomeadamente os seguintes:

- i. A habilitação académica (HA);
- ii. A formação profissional (FP), apenas se consideram as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- iii. A experiência profissional (EP) com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;

b) Prova escrita de conhecimentos: visa avaliar os conhecimentos profissionais e as competências técnicas e comportamentais necessárias ao exercício da função a concurso. Será constituída por prova escrita na qual serão abordadas questões inerentes e evidenciadoras de conhecimentos adequados ao desempenho das funções integradas na área funcional a concurso e se procederá à avaliação do sentido crítico dos

candidatos. Tem a duração máxima de 120 minutos, com possibilidade de consulta de legislação, desde que não comentada ou anotada, devendo os candidatos fazer-se acompanhar da mesma. É avaliada na escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, e tem uma ponderação de 30%;

b. 1) A prova de conhecimentos poderá versar sobre as seguintes matérias: a) Regime Jurídico das Autarquias Locais; b) Regime Financeiro das Autarquias Locais; c) Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais; d) Código do Procedimento Administrativo; e) Código dos Contratos Públicos; f) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; g) Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; h) Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; i) Regulamento geral de proteção de dados; j) Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública; Instrumentos de gestão do município que reflitam as diversas políticas seguidas pelo município, nomeadamente no campo social;

b.2)- A indicação da legislação mencionada no ponto anterior, deverá ser considerada pelos candidatos sempre na sua atual redação.

c) Avaliação psicológica a realizar por entidade competente para o efeito é expressa, na fase final em 20, 16, 12, 8 e 4 valores com uma ponderação de 25%

d) Entrevista profissional de seleção: avaliada de 0 a 20 valores, com uma ponderação de 20%, visa, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências essenciais para o exercício da função. É avaliada segundo os critérios classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores

14.3 A **Classificação Final** será resultante da pontuação obtida nos métodos indicados de acordo com as seguintes fórmulas:

a) Candidatos referidos em 14.1:

$$CF = (AC \times 30\%) + (EAC \times 40\%) + (EPS \times 30\%)$$

Em que:

CF: Classificação Final

AC: Avaliação Curricular

EAC: Entrevista de Avaliação de Competências

EPS: Entrevista Profissional de Seleção

b) Candidatos referidos em 14.2.

$$CF = (PEC \times 30\%) + (AC \times 30\%) + (AP \times 25) + (EPS \times 15\%)$$

Em que:

CF: Classificação Final

PEC: prova Escrita de Conhecimentos

AC: Avaliação Curricular

AP: Avaliação Psicológica

EPS: Entrevista Profissional de Seleção

14.4 Consideram-se excluídos do procedimento os candidatos que obtenham na classificação final ou em qualquer dos métodos de seleção intermédios classificação inferior a 9,5 valores, bem como aqueles que não compareçam à aplicação de qualquer método de seleção.

14.5 A **publicitação dos resultados** obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, disponibilizada em <https://www.cm-vvrodao.pt/servicos-municipais/outros-servicos/recursos-humanos.aspx> e afixada no Edifício dos Paços do Concelho.

15. Critérios de ordenação dos concorrentes aprovados: será dado cumprimento ao disposto no artigo 30.º da LTFP e no artigo 27.º da Portaria 125-a/2019;

16. As atas do júri, das quais constam os parâmetros de avaliação e a ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos, serão publicitados na página eletrónica deste município em <https://www.cm-vvrodao.pt/servicos-municipais/outros-servicos/recursos-humanos.aspx>, podendo ser facultadas aos candidatos sempre que solicitadas por escrito, no prazo de 3 dias úteis contados da receção do pedido.

17. De acordo com o preceituado nos artigos 22.º e 23.º da Portaria, os candidatos excluídos serão notificados, por email, alínea a) do artigo 10.º daquele preceito legal, para a realização da audiência de interessados. O exercício do direito de participação dos interessados deverá ser efetuado através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível no site do município.

18. Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para a realização do método seguinte, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, por email, tal como previsto no artigo 10.º da Portaria.

19. A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada nos termos do disposto no artigo 10.º, conjugado com o artigo 26.º, ambos da Portaria.

20. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação do Presidente da Câmara Municipal, é afixada em local visível e público das instalações do Município de Vila Velha de Ródão, disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos da alínea d), do artigo 10.º da Portaria.

21. Em observância ao estabelecido no n.º 3, do artigo 30.º da Portaria, caso a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, constituir-se-á reserva de recrutamento interna;

22. Júri do concurso: **Efetivos: Presidente:** Maria Adelina Pina Gonçalves Ferreira Pinto, técnica superior (jurista) na Camara Municipal de Vila Velha de Ródão, **1.º Vogal:** Maria Helena de Jesus Lopes, técnica superior (jurista) na Camara Municipal de Castelo Branco, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, **2.º Vogal:** Fernanda Maria Ferreira da Silva Neves, Chefe da DAF na Camara Municipal de Vila Velha de Ródão; **Suplentes:** José Manuel Lopes Pires, Chefe da DOUA na Camara Municipal de Vila Velha de Ródão e Ana Luísa Faria Pereira Correia Marques, vereadora da Camara Municipal de Vila Velha de Ródão. A substituição dos membros do Júri em falta será feita pelo membro do Júri que se encontra na posição imediatamente seguinte (1º vogal efetivo substituído pelo 2.º vogal efetivo, sendo este substituído pelo 1.º suplente e este pelo 2.º suplente);

23. Após o recrutamento do(a) trabalhador(a) o(a) mesmo(a) será acompanhado(a) por um Júri de Acompanhamento do Período Experimental que será o mesmo do procedimento concursal;

24. A fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, de 2016, informam-se os candidatos que os seus dados pessoais serão tratados pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, na qualidade de responsável pelo tratamento, com a finalidade de recrutamento e seleção, nos termos de uma obrigação legal, sendo conservados pelo prazo 18 meses. O candidato poderá exercer o seu direito de acesso, retificação, oposição e apagamento, dentro dos limites legais, através de email para o encarregado de proteção de dados, podendo apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Vila Velha de Ródão, 02/03/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão



Assinado por: Luis Pereira
Data: 19-03-2020 14:32:43